Doc, Nº ___ recebi em ___
Aval Soc, ___
Câmara Mun. de Eldorado do Carajás

LEI Nº 025/93.

INSTITUI NORMAS SOBRE POLÍCIA ADMINISTRATIVA NO MUNICÍPIO DE ELDORADO DO CARAJÁS, ESTADO DO PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS, ESTADO DO PARÁ, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou, e Eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposiçoẽs Preliminares

ART. 1º. Esta lei contém medidas de polícia administrativa a cargo do Município em matéria de higiene pública, costumes locais e funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, estatuindo as necessárias relaçoẽs entre o Poder Público local e os munícipes.

ART. 2º. Ao Prefeito de Eldorado do Carajás e, em geral, aos funcionários municípais, de acordo com as suas atribuiçoẽs, incumbe velar observância das posturas municipais, utilizando os instrumentos efetivos de polícia administrativa, especialmente a vistoria anual por ocasião do licenciamento e localização de atividades.

ART. 3º. Os casos omissos ou as dúvidas suscitadas serão resolvidas pelo Prefeito, ouvidos os dirigentes dos órgaõs administrativos da Prefeitura.

CAPITULO II

Da Higiene Pública e Proteção Ambiental

SEÇÃO I

Disposiçoẽs Gerais

ART. 4º. É dever da Prefeitura Municipal de Eldorado do Carajás, zelar pela higiene pública visando a melhoria do ambiente, saúde e o bem estar da população favoráveis ao seu desenvolvimento social e ao aumento da qualidade de vida em todo o território do Município, de acordo com as disposiçoẽs deste Código e as normas estabelecidas pelo Estado e pela União.

ART. 5º. A fiscalização sanitária abrangerá especialmente a higiene e limpeza das vias, lugares e equipamentos de uso público, das habitaçoẽs particulares e coletivas, dos estabelecimentos onde se fabriquem ou vendam bebidas e produtos alimentícios, e dos estábulos, cocheiras, pocilgas e estabelecimentos congêneres.

ART. 6º. A cada inspeção em que for verificada irregularidade, apresentará o funcionário competente um relatório circunstanciado, sugerindo medidas ou solicitando providências a bem da higiêne pública.

§ Único..A Prefeitura tomará as providências cabíveis ao caso, quando este for da alçada do governo municipal ou remeterá cópia do relatório às autoridades federais ou estaduais competentes, quando as providencias necessárias forem da alçada das mesmas.

SEÇÃO II

Proteção Ambiental

ART. 7º. É dever da Prefeitura articular-se com os órgaõs competentes do Estado e da União para fiscalizar ou proibir no Município as atividades que, direta ou indiretamente:

I- criem ou possam criar condiçoẽs nocivas ou ofensivas à saúde, à segurança e ao bem-estar público;

II- prejudiquem a faúna e a flora;

III- disseminem resíduos como óleo, graxa e lixo;

IV- prejudiquem a utilização dos recursos naturais para fins

domésticos, agropecuários, de pisicultura, recreativo, e para outros objetivos perseguidos pela comunidade.

§.1º. Inclue-se no conceito de meio-ambiente, a água superficial ou de subsolo, o solo de propriedade pública , privada ou de uso comum, a atmosfera, a vegetação.

§ 2º. O Município poderá celebrar convênio com órgaõs públicos federais e estaduais para a execução de projetos' ou atividades que objetivem o controle da poluição do meio ambiente e dos planos estabelecidos para a sua ' proteção.

§ 3º. As autoridades incubidas da fiscalização ou inspeção, para fins de controle de poluição ambiental, terão livre acesso, a qualquer dia e hora, às instalaçoẽs industriais, comerciais, agropecuárias ou outras particulares ou públicas capazes de causar danos ao meio - ambiente e à saúde da população.

ART.8º. Na constatação de fatos que caracterizem falta de proteção ao meio-ambiente serão aplicadas, além das multas previstas nesta Lei, a interdição das atividades, observadas a legislação federal.

SEÇÃO III

Da Conservação das Arvores e Àreas Verdes

ART.9º. A Prefeitura colaborará com o Estado e a União para ' evitar a devastação das florestas e estimulará a plantação de árvores, através da promoção de campanhas ' educativas à população, estimulando a criação do horto municipal.

ART.10. É expressamente proibido danificar, podar, logradouros, jardins e parques públicos sem consentimento do órgão competente da Prefeitura.

ART.11. A ninguém é permitido fazer derrubadas ou atear fogo' em matas, capoeiras, lavouras ou campos sem autoriza-

ção do órgão federal competente.

§ Único. Dependerá de autorização do órgão competente da Prefeitura quando o terreno se localizar na área urbana ou de expansão urbana.

SEÇÃO IV

Da Higiene das Vias Públicas

ART. 12. O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouro públicos será executado diretamente pela Prefeitura, ou por permissão.

ART. 13. Os moradores são responsáveis pela construção e limpeza' do passeio e sarjeta fronteiriços à sua residência.

§ 1º. A lavagem ou varredura do passeio e sarjeta deverão ser efetuadas em hora convenientemente e de pouco trânsito.

§ 2º. A ninguém é licito, sob qualquer pretexto, impedir ou ' dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ' ou obstruindo tais servidoẽs.

ART. 14. É dever de todos os cidadãos zelar pela limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particulares.

ART. 15. É expressamente proibido aos habitantes da cidade o escoamento de esgotos sanitários das residências para a rua e para as galerias de águas pluviais.

ART. 16. Dentro do perímetro urbano ou da área de expansão da cidade, só será permitida a instalação de atividades industriais e comerciais depois de verificado pelo setor competente que não prejudiquem, por qualquer motivo, a saúde pública e os recursos naturais utilizados pela população.

§ Único. O presente artigo aplica-se, inclusive à instalação de' estrumeiras ou depósitos em grande quantidade de estrume animal, os quais só serão permitidos quando não afetarem a salubridade da área.

SEÇÃO V

Da Higiene das Habitaçoẽs e Terrenos

ART. 17. Os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios ' prédios e terrenos.

ART. 18. Os terrenos, bem como os pátios e quintais situados dentro dos limites da cidade, vilas e povoados, devem ser mantidos livres de mato, água estagnadas e lixo.

§ 1º. As providências para o escoamento das águas estagnadas ' e limpeza de propriedades particulares competem ao respectivo proprietário.

§ 2º. Decorrido o prazo dado para que uma habitação ou terreno seja limpo, a Prefeitura poderá mandar executar a limpeza apresentando ao proprietário a respectiva conta acrescida de 10% (dez por cento) a título de administração.

ART. 19. O lixo das habitaçoẽs será depositados em recipientes fechados para ser recolhido pelo serviço de limpeza pública, em dias e horários estabelecidos pela Prefeitura.

§ Único. Os resíduos de fábrica e oficinas os restos de materiais de construçoẽs, os entulhos provenientes de demoliçoẽs,' as matérias excrementícias e restos de forragem das cocheiras e estábulos, as palhas e outros resíduos das casas comerciais, bem como terra, folhas e galhos dos jardins e quintais particulares, serão removidos às custas' dos respectivos inquilinos ou proprietários.

ART. 20. A Prefeitura poderá remover, mediante indenização das ' despesas acrescidas de 10% a título de administração, a execução de trabalhos de construção de calçadas, drenagem aterros, em propriedades privadas cujos responsáveis se omitirem de fazê-los.

ART. 21. A Prefeitura por meio de pessoal técnico competente, médico devidamente habilitado, poderá entender como insalu-

bre todo local, industrial, comercial ou residencial que não reúna condiçoẽs de higiene indispensáveis ao convívio humano, ordenando a sua interdição.

§ 1º. Eliminando-se o motivo da insalubridade, cessa-se a interdição.

§ 2º. Persistindo a insalubridade, serão providenciado, pelo Poder Público Municipal, através da via judicial, a demolição se for o caso, do local insalubre.

ART. 22. Nenhum prédio situado em via pública dotada de rede de água e esgoto poderá ser habitado sem que disponha dessas utilidades e de instalaçoẽs sanitárias.

§ 1º. Os prédios de habitação coletiva terão abastecimento de água, banheiros e privadas em número proporcional ao de seus moradores.

§ 2º. Não será permitida nos prédios da cidade, das vilas e dos povoados providos de rede de abastecimento de água a abertura ou a manutenção de poços e cisternas, sem autorização dos órgaõs competentes.

§ 3º. Quando não existir rede pública de coletores de esgotos sanitários, as habitaçoẽs deverão dispor de fossa séptica.

SEÇÃO VI

Da Higiene dos Alimentos

ART. 23. A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias federais e estaduais, fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo dos gêneres alimentícios em geral.

§ Único. Para efeitos deste Código e de acordo com o regulamento de saúde pública, exceetuados os medicamentos, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias sólidas ou liquidas destinadas ao consumo, devendo os produtos congelados conter o período da respectiva validade.

ART. 24. Não será permitida a produção, exposição ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para local destinado à inutilização dos mesmos.

§ 1º. A inutilização dos gêneros não eximerá a fábrica o estabelecimento ou agente comercial, do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da infração.

§ 2º. A reicidência na prática das inffaçoẽs previstas neste artigo determinará a cassação da licença para o funcionamento da fábrica ou casa comercial, desde que devidamente notificado o infrator.

SEÇÃO VII

Da Higiene dos Estabelecimentos

ART. 25. A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado e da União, severa fiscalização sobre a higiene dos alimentos expostos à venda e dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços localizados no Município.

ART. 26. Nas quitandas e casas congêneres, além das disposiçoẽs gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

I. as frutas e verduras expostas à venda, serão colocadas sobre mesas ou estantes rigorosamente limpas com afastamento frontal e lateral de um metro, no mínimo, das portas externas.

II. as gaiolas para aves serão de fundo móvel, para facilitar a sua limpeza, que será feita diariamente.

§ Único. É proibido utilizar para outro qualquer fim, os depositos de hortaliças, legumes ou frutas, que possam cau-

sar contaminação destes produtos.

ART. 27. Os hóteis, restaurantes, bares e estabelecimentos com' gêneros deverão observar o seguinte:

I. a lavagem da louça e talheres deverá fazer-se em água' corrente, não sendo permitida sob qualquer hipótese a lavagem em baldes, tonés ou vasilhames;

II. a higienização da louça e talheres deverá ser feita ' com água fervente;

III. a louça e os talheres deverão ser guardados em armários, com portas ventiladas, não podendo ficar expostos' à poeira e a insetos.

ART. 28. Os açougues, abatedouros de aves e peixarias deverão ' atender pelo menos às seguintes condiçoẽs específicas' para a sua instalação e funcionamento:

I. serem dotados de torneiras e de pias apropriadas;

II. ter balcoẽs com tampo de material impermeável e lavável;

III. ter Câmaras frigoríficas ou refrigeradores com capacidade proporcional às suas necessidades.

ART. 29. Nos açougues só poderão entrar carnes provenientes dos matadouros devidamente licenciados, regularmente inspecionadas, carimbadas e conduzidas em veículos apropriados.

ART. 30. Os responsáveis por açougues, abatedouros de aves e ' peixarias são obrigados a observar as seguintes prescriçoẽs de higiêne:

I. manter o estabelecimento arejado e em completo estado' de asseio e higiene;

II. não guardar na sala de talho objetos que lhe sejam estranhos.

ART. 31. As cocheiras, estábulos e pocilgas existentes na cidade, vilas ou povoados do Município deverão, além da

observância de outras disposiçoẽs deste Código que lhes forem aplicadas, obedecer às seguintes exigências:

I. possuir muros divisórios, separando-os dos terrenos limítrofes;

II. possuir sarjetas de revestimento impermeável para águas residuas e sarjetas de contorno para as águas das chuvas;

III. possuir depósito para estrume, à prova de isetos e com capacidade para receber a produção de vinte e quatro horas, a qual deve ser diariamente removida para a zona rural;

IV. possuir depósito para forragens, isolado da parte destinada aos animais e devidamente vedado aos ratos e isetos.

V. manter completa separação entre os possíveis compartimentos do logradouro.

CAPÍTULO III

Da Polícia de Costumes, Segurança e Ordem Pública

SEÇÃO I

Da Ordem e Sossego Públicos

ART. 32. Os proprietários de estabelecimento em que se vendam bebidas alcóolicas serão responsáveis pela manutenção da ordem aos mesmos, desde que devidamente notificado o infrator.

§ Único. As desordens, algazarras ou barulhos porventura verificados nos referidos estabelecimentos, sujeitarão os proprietários a multa, podendo ser cassada a licença para seu funcionamento nas reincidências, desde que devidamente notificado o infrator.

ART. 33. É proibido pertubar o sossego público com ruídos ou ''

sons excessivos, tais como:

I. os de motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com estes em mau estado de funcionamento;

II. os de buzinas, clarins, tambores, campainhas ou quais - quer outros aparelhos;

III. a propaganda realizada com alto-falantes, bumbos, cornetas, etc. Sem prévia autorização da Prefeitura;

IV. os produzidos por arma de fogo;

V. os de morteiros, bombas e demais fogos ruidosos;

VI. música excessivamente alta proveniente de lojas de discos e aparelhos musicais;

VII. os de apitos ou silvos de sirene de fábricas, cinemas ' ou estabelecimentos outros, por mais de 30 segundos ou depois das 22 horas;

VIII. os batuques e outros divertimentos congêneres, sem li - cença das autoridades.

ART. 34. É proibido executar qualquer trabalho ou atividades que produza som excessivo, antes das 7 horas e depois das 20 horas, nas proximidades de escolas, hospitais e residências.

SEÇÃO II

Dos Divertimentos Públicos

ART. 35. Divertimentos públicos, para os efeitos deste Código, ' são os que se realizarem nas vias públicas, ou em recintos fechados de livre acesso ao público.

ART. 36. Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem licença da Prefeitura.

§ Único. O alvará de licença para funcionamento de qualquer casa de diversão será expedido após terem sido satisfeitas ' as exigências regulamentares referentes à construção e higiêne do prédio e realizada a vistoria policial.

ART. 37. Em todas as casas de diversoẽs públicas serão observadas as seguintes disposiçoẽs, além das estabelecidas pelo Código de Obras:

I. tanto as salas de entrada como as de espetáculo serão mantidas higienicamente limpas;

II. as portas e os corredores para o exterior serão amplos e conservar-se-ão sempre livres de grades, móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;

III. todas as portas de saída deverão abrir para fora do recinto e serão encimadas pela inscrição "SAÍDA", legível à distância e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala;

IV. os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;

V. haverá instalação sanitárias independentes para homens e mulheres;

VI. serão tomadas todas as precauçoẽs necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a instalação de extintores de fogo em locais visíveis e de fácil acesso, de acordo com as normas legais de prevenção e combate ao incêndio;

VII. durante os espetáculos dever-se-á conservar as portas abertas, vedadas apenas com reposteiros ou cortinas;

VIII. deverão possuir material de pulverização de insetici - das;

IX. o mobiliário será mantido em perfeito estado de conservação.

ART. 38. Nas casas de espetáculos de sessoẽs consecutivas, que não exaustores suficientes, deve entre uma sessão e outra, decorrer lapso de tempo suficiente para o efeito de renovação de ar.

§ Único. É proibido aos expectadores fumar no local dos espetáculos.

ART. 39. Para funcionamento de cinemas serão ainda observadas as seguintes disposiçoẽs:

I. só poderão funcionar em pavimento térreos;

II. os aparelhos de projeção ficarão em cabines de fácil saída, construídos de materiais incombustíveis;

III. no interior das cabines não poderá existir maior número de películas do que o necessário às sessoẽs de cada dia e, ainda assim, estar depositadas em recipiente especial, incombustível, hermeticamente fechado, que não seja aberto por mais tempo que o indispensável ao serviço.

ART. 40. A armação de circos ou parques de diversoẽs só poderá ser permitida em locais previamente determinados, a juízo da Prefeitura.

§ 1º. A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo não poderá ser [illegible] por prazo superior a um ano.

§ 2º. Poderá a Prefeitura estabelecer as restriçoẽs que julgar convenientes, no sentido de garantir a ordem e a segurança dos divertimentos e o sossego da vizinhança.

§ 3º. Os circos e parques de diversoẽs, embora autorizados só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalaçoẽs pelos fiscais da Prefeitura.

ART. 41. Na localização de estabelecimentos de diversoẽs noturnas, a Prefeitura terá sempre em vista a ordem, o sossego e a tranquilidade da vizinhança.

ART. 42. Os espetáculos, bailes ou festas de caráter público dependem, para realizar-se de prévia licença da Prefeitura.

§ Único. Excetuam-se das disposiçoẽs deste artigo as reunioẽs de qualquer natureza, sem convites ou entradas pagas, levadas a efeito por clubes ou entidades de classe, em sua sede, ou as realizadas em residências particulares.

SEÇÃO III

Do Trânsito Público

ART. 43. O trânsito de pedestres, de veículos e de animais será disciplinado de modo a manter a ordem, a segurança e o bem-estar dos transuentes e da população em geral.

ART. 44. É proibido embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres cu veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas, feiras-livres ou quando exigências policiais o determinarem.

§ Único. Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização vermelha, claramente visível de dia e luminosa a noite.

ART. 45. Compreende-se na proibição do artigo anterior, o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias públicas em geral.

§ 1º. Tratando-se de materiais cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, a mesma será tolerada, bem como a permanência do material na via pública, com um mínimo prejuízo ao trânsito, por tempo não superior a 6 (seis) horas.

§ 2º. Nos casos previstos no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos, à distância conveniente, dos prejuízos causados ao livre trânsito.

ART. 46. A Prefeitura indicará as vias em que será expressamente proibido.

I - conduzir boiadas;

II - conduzir animais bravios sem a necessária precaução;

III - atirar corpos ou detritos que possam incomodar os transuentes.

ART. 47. É proibido danificar ou retirar sinais colocados nas vias, estradas ou caminhoẽs públicos, para advertência de perigo ou impedimentos de trânsito.

ART. 48. Assiste à Prefeitura o direito de impedir e trânsito de qualquer veículos ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

SEÇÃO IV

Da Ocupação das Vias Públicas

ART. 49. Poderão ser armadas arquibancadas e palanques provisórios nos logradouros públicos, para comícios políticos, festividades religiosas, cívicas ou de caráter popular, desde que sejam observadas as condiçoẽs seguintes:

I - serem aprovados pela Prefeitura, quanto à sua localização;

II - não pertubarem o trânsito público;

III - não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos por acaso verificados;

IV - serem removidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do encerramento dos festejos.

§ 1º. No que se refere a comícios políticos, observar a legislação eleitoral.

§ 2º. Uma vez findo è estabelecido no ítem IV, a Prefeitura promoverá a remoção da arquibancada ou palanque, cobrando ao responsável as despesas de remoção, dando ao material o seguinte destino:

a). Ficará à disposição do responsável o material removido, em depósito da Prefeitura, por durante 60(sessenta) dias,

b). Não sendo reclamado referido material, a Prefeitura poderá, após o prazo estabelecido no parágrafo anterior, dar-lhe destinação que estender.

ART. 50. Nenhum material poderá permanecer nos logradouros públicos, exceto nos casos previstos no art. 45 deste código.

ART. 51. Os postos telegráficos, de iluminação e força, as caixas postais, os avisadores de incêndios e de polícia e as balanças para passagem de veículos, só poderão ser colocados nos logradouros públicos mediante autorização da Prefeitura, que indicará as posiçoes convenientes e as condiçoes da respectiva instalação.

SEÇÃO V

Das Medida Referentes aos Animais

ART. 52. É proibido a permanência de animais nas vias públicas localizadas na área urbana.

§ 1º. Os animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos serão recolhidos aos depositos da Municipalidade.

§ 2º. O animal recolhido em virtude de disposto neste capítulo, será retirado dentro do prazo máximo de 07 (sete(' dias, mediante pagamento da multa e das taxas devidas.

§ 3º. Não sendo retirado o animal neste prazo, deverá a Prefeitura efetuar a sua venda em hasta pública, procedida da necessária publicação do edital de leilão ou doação' à entidades beneficentes.

ART. 53. A manutenção de estábulos, cocheiras e estabelecimentos congêneres dependem de licença e fiscalização da Prefei

tura, observando as exigências sanitárias.

ART.54. É proibido a criação ou engorda de porcos no perimetro urbano da sede municipal, bem como a de qualquer espécie de gado.

SEÇÃO VI

Da Extinção dos Insetos Nocivos

ART.55. Todo proprietário de terreno, cultivado ou não, dentro dos limites do Município é obrigado a extinguir os insetos nocivos existentes dentro da sua propriedade.

ART.56. Verificada, pelos fiscais da Prefeitura, a existência de insetos nocivos será feita intimação ao proprietário do terreno onde os mesmos estiverem localizados, marcando-se o prazo de 20 (vinte) dias, para se proceder ao seu extermínio.

§ Único. Se, no prazo fixado, não forem extintos os insetos nocivos, a Prefeitura incubir-se-á de fazê-lo, cobrando do proprietário as despesas que efetuar, acrescidas de 10% (dez por cento) pelo trabalho de administração, além da multa correspondente, de acordo com esta lei.

SEÇÃO VII

Dos Anúncios e Cartazes

ART.57. A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, depende de licença da Prefeitura, sujeitando o contribuinte ao pagamento da taxa respectiva.

§ 1º. Incluem-se na obrigatoriedade deste artigo todos os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, avisos, anúncios e mostruários, luminosos ou não, feitos por qualquer modo, processo ou engenho, suspensos, distribuídos, afixados ou pintados em paredes, muros, tapumes, veículos ou calçadas.

§ 2º. Incluem-se, ainda, na obrigatoriedade deste artigo os anúncios que, embora apostos em terrenos próprios de dominio privado, forem visíveis dos lugares públicos.

ART. 58. A propaganda falada em lugares públicos, por meio de ampliadores de voz, alto-falante e propagandistas, assim como, feitas por meio de cinema ambulante, ainda qemuda, está igualmente sujeita à prévia licença e ao pagamento da taxa respectiva.

ART. 59. Os pedidos de licença para a publicidade ou propaganda por meio de cartazes ou anúncios deverão mencionar:

I. a indicação dos locais em que serão colocados ou distribuidos os cartazes ou anúncios;

II. a natureza do material de confecção;

III. as dimençoẽs;

IV. as inscriçoẽs e o texto;

V. as cores empregadas.

ART. 60. Tratando-se de anúncios luminosos, os pedidos, deverão ainda, indicar o sistema de iluminação a ser adotado.

ART. 61. Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeito as formalidades deste capítulo poderão ser apreendidos e retirados pela Prefeitura, até a satisfação daquelas formalidades, além do pagamento da multa prevista nesta lei, respeitada a Legislação Eleitoral.

SEÇÃO VIII

Dos Inflamáveis e Explosivos

ART. 62. No interesse público, a Prefeitura fiscalizará, em colaboração com as autoridades federais, a fabricação, o comércio, o transporte e o emprego de inflamáveis e explosivos.

ART. 63. São considerados inflamáveis:

I. o fósforo e os materiais fosforados;

II. a gasolina e demais derivados de petróleo;

III. os étéres, álcool, a aguardente e os óleos em geral;

IV. os carburetos, o alcatrão e as matérias betuminosas' liquidas;

V. toda e qualquer substância cujo ponto de inflamabilidade seja acima de 135 graus centígrados.

ART. 64. Consideram-se explosivos:

I. os fogos de artíficios;

II. a nitroglicerina e seus compostos e derivados;

III. a pólvora e o algodão-pólvora;

IV. as espoletas e os estopins;

V. os fulminatos, cloratos, formiatos e congêneres;

VI. os cartuchos de guerra, caça e minas.

ART. 65. É absolutamente proibido:

I. fabricar explosivos sem licença especial e em local' não determinado pela Prefeitura;

II. manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais, quanto à construção e segurança;

III. depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

ART. 66. Os depósitos de explosivos e inflamáveis só serão ' construídos em locais especialmente designados na zona rural e com licença especial da Prefeitura.

ART. 67. Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as precauçoẽs devidas.

§ 1º. Não poderão ser transportados simultâneamente, no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis.

§ 2º. Os veículos que transportarem explosivos inflamáveis não poderão conduzir outras pesssoas além do motoris e dos ajudantes.

ART. 68. A instalação de postos de abastecimento de veículos, bombas de gasolina e depósitos de outros inflamáveis fica sujeita a licença da Prefeitura.

§ Único. A Prefeitura estabelecerá, para cada caso, as exigências que julgar necessárias aos interesses da segurança, atendidos, no que couber, os príncipios e regulamentos do Conselho Nacional de Petróleo - CNP.

ART. 69. Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente, além da responsabilização civil ou criminal do infrator, se for o caso.

ART. 70. Aplicam-se no que couber as regras desta seção às substâncias radioativas.

SEÇÃO IX

Dos Muros e Cercas

ART. 71. Os proprietários ou arrendatários de terrenos em ruas dotadas de meio-fios são obrigados a mura-los ou cercá-los dentro dos prazos fixados pela Prefeitura.

ART. 72. A critério da Prefeitura, os terrenos da área urbana central serão fechados com muros, devendo em qualquer caso ter uma altura mínima de 1.50 m (um metro e cinquenta centrimetros).

ART. 73. Serão comuns os muros e cercas divisórias entre propriedades urbanas, devendo os proprietários dos imóveis confinantes concorrer em partes iguais para as despesas de sua construção, na forma do Art. 588 do código civil.

ART. 74. Será aplicada multa a todo aquele que:

II. fizer cercas ou muros em desacordo com as normas fixadas neste capítulo;

II. danificar, por qualquer meio, cercas existentes, sem prejuizo da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber.

SEÇÃO X

Da Exploração de Pedreiras, Cascalheiras, Barreiros e Depósitos Arreia e Saibro

ART. 75. A exploração de pedreiras, cascalheiras, barreiros e depósitos de areia e de saibro depende de licença da Prefeitura, que a concederá, conforme anuência dos órgaõs' competentes do Estado e da União, observados os preceitos deste Código.

ART. 76. A licença será processada mediante apresentação de requerimento assinado pelo proprietário do solo ou pelo explorador e instruído de acordo com este artigo.

§ 1º. Do requerimento deverão constar as seguintes indicaçoẽs:

a) nome e residência do proprietário do terreno;

b) nome e residência do explorador, se este não for o proprietário;

c) localização precisa da entrada do terreno;

d) declaração do processo de exploração e da qualidade do explosivo a ser empregado, se for o caso.

§ 2º. O requerimento de licença deverá ser instruído com os seguintes documentos:

a) prova de propriedade do terreno;

b) autorização para a exploração passada pelo proprietário em cartório, no caso de não ser ele o explorador;

c) planta de situação, com indicação de relevo do solo por meio de curvas de nível, contendo a delimitação exata da área a ser explorada com a localização das respectivas instalaçoẽs e indicando as construçoẽs, logradouros mananciais e cursos de água situados em toda a faixa de largura de 100 m (cem metros) em torno da área a ser explorada;

d) perfis do terreno em três vias.

§ 3º. No caso de se tratar de exploração de pequeno porte, poderão ser dispensados, a critério da Prefeitura, os documentos indicados na alínea "a" e "d" do paragrafo anterior.

ART. 77. As licenças para exploração serão sempre por prazo fixo.

§ Único. Será interditada a área licenciada no total ou parte dela, embora explorada de acordo com este Código desde que posteriormente se verifique que sua exploração acarreta perigo ou dano à propriedade ou ao meio ambiente.

ART. 78. Ao conceder as licenças, a Prefeitura poderá fazer as restriçoẽs que julgar convenientes.

ART. 79. Os pedidos de prorrogação de licenças para a continuação da exploração serão feitos por meio de requerimento e instruidos com os documentos da licença anteriormente concedida.

ART. 80. A exploração de pedreiras a fogo fica sujeita às seguintes condiçoẽs:

I. declaração expressa da qualidade do explosivo a empregar;

II. intervalo mínimo de trinta minutos entre cada série de explosoẽs;

III. içamento, antes da explosão, de uma bandeira a altura conveniente para ser vista à distância;

IV. toques repetidos de sineta, sirena ou megafone, com intervalos de dois minutos, e o aviso em brado prolongado, dando sinal de fogo.

ART. 81. A instalação de olarias nas zonas urbanas e suburbana do Município, deve obedecer às seguintes prescriçoẽs:

I. as chaminés serão construídas de modo a não incomodar os moradores vizinhos pela fumaça ou emanaçoẽs nocivas;

II. quando as escavaçoẽs facilitarem a formação de depósito de águas, será o explorador obrigado a fazer o devido escoamento ou aterrar as cavidades à medida que for retirado o barro.

ART. 82 . A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a execução de obras no recinto da exploração de pedreiras ou cascalheiras, com o intuito de proteger propriedades particulares ou públicas, ou evitar a obstrução das galerias de águas.

ART. 83. É proibido a extração de areia em todos os cursos de água do Município:

I. a jusante do local em que recebem contribuiçoẽs de esgotos;

II. quando modifique o leito ou as margens dos mesmos;

III. quando possibilite a formação de locais propícios à estagnação de águas;

IV. quando, de algum modo, possa oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer obra construída às margens ou sobre o leito do rio.

CAPÍTULO IV

Da Licenciado dos Estabelecimentos Industriais, Comerciais e de Serviços

SEÇÃO I

Das Indústrias e do Comércio Localizado

ART. 84. Nenhum estabelecimento comercial ou industrial poderá funcionar no Município sem prévia licença da Prefeitura, concedida a requerimento dos interessados e mediante pagamento dos tributos devidos.

§ 1º. O requerimento deverá especificar com clareza:

I. o ramo do comércio ou da indústria;

II. o local em que o requerente pretende exercer sua' atividade.

§ 2º . Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o alvará de localização em lugar visível e o exibirá autoridade competente sempre que esta o exigir.

§ 3º . Para mudança de local de estabelecimento comercial ou industrial a Prefeitura deverá ser informada, afim de verificação se o novo local satisfaz' às condiçoẽs exigidas por esta Lei.

ART. 85. Para ser concedida licença de funcionamento pela Prefeitura, o prédio e as instalaçoẽs de todo e qualquer estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviços deverão ser previamente vistoriados pelos órgaõs competentes, em particular' no que diz respeito às condiçoẽs de higiêne e segurança, qualquer que seja o ramo de atividades a que se destine.

§ 1º. A licença para o funcionamento de açougues, padarias, leiterias, restaurantes, hóteis, pensoẽs e outros estabelecimentos congêneres será sempre ' precedida de exame no local e de aprovação da autoridade sanitária competente.

§ 2º. O alvará de licença será concedido após informaçoẽs, pelos órgaõs competentes da Prefeitura, de que o estabelecimento atende às exigências estabelecidas neste código.

ART. 86. As autoridades municipais assegurarão por todos ' os meios a seu alcance, que não seja concedida licença a estabelecimentos industriais, que pela na

tureza dos produtos, pelas materias-primas utilizadas, pelos combústiveis empregados, ou por qualquer outro'' motivo possam prejudicar a saúde pública.

ART. 87. A licença de localização poderá ser cassada:

I. quando se tratar de negócio diferente do requerido;

II. como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou da segurança e sossego públicos;

III. se o licenciado se negar a exibir o alvará de localização à autoridade competente, quando solicitado a fazê-lo;

IV. por solicitação de autoridade competente, provados os motivos que a fundamentam.

§ 1º. Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2º. Poderá ser igualmente fechado todo estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença expedida ' em conformidade com o que preceitua este capítulo, desde que devidamente notificado o proprietário do estabelecimento.

SEÇÃO II

Do Comércio Ambulante

ART. 88. O exercício do comércio ambulante dependerá sempre de licença especial, que será concedida de conformidade ' com as prescriçoẽs da legislação fiscal do Município e do que preceitua este Código.

ART. 89. Da licença concedida deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

I. número de inscrição;

II. residência do comerciante ou responsável;

III. nome, razão social ou denominação da pessoa sob cuja '

responsabilidade funciona o comércio ambulante.

§ Único. O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade, ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

ART. 90. É proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa:

I. estacionar nas vias públicas e outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;

II. impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou outros logradouros.

SEÇÃO III

Do Horário de Funcionamento

ART. 91. A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços no Município obedecerão ao seguinte horário, observadas os preceitos da legislação federal que regula o contrato de duração e as condições do trabalho.

I. para a industria de modo geral:

a) abertura e fechamento entre 06:00 e 18:00 horas, nos dias úteis;

b) nos domingos e feriados nacionais os estabelecimentos permanecerão fechados, bem como nos feriados locais, quando decretados pela autoridade competente.

II. para o comércio e serviços de modo geral;

a) abertura às 08:00 horas e fechamento às 18:00 horas nos dias úteis;

b) nos dias previstos na letra "b", item I, os estabelecimentos comerciais e de serviço, poderão permanecer abertos mediante solicitação das classes interessadas e conforme conveniência pública.

§ 1º. As farmácias, quando fechadas, poderão, em caso de urgência, atender ao público a qualquer hora do dia ou da noite.

§ 2º. Quando fechadas, as farmácias deverão afixar à porta, uma placa com a indicação dos estabelecimentos análogos que estiverem de plantão.

§ 3º. Para o funcionamento dos estabelecimentos de mais' de um ramo de comércio será observado o horário determinado para a espécie principal, tendo em vista o estoque e a receita principal do estabelecimento.

SEÇÃO IV

Da Aferição de Pesos e Medidas

ART. 92. Os estabelecimentos comerciais ou industriais serão obrigados, antes do início de suas atividades, a submeter à aferição os aparelhos ou instrumentos de medir a serem utilizados em suas transaçoẽs comerciais, de acordo com as normas estabelecidas pelo Instituto Nacional de Meterologia, normalização e qualidade industrial (INMETRO) do Ministério da Industria e Comércio.

SEÇÃO V

Das Feiras Livres

ART. 93. As atividades comerciais nas feiras livres destinam-se se ao abastecimento supletivo de gêneros alimentícios essenciais à população, especialmente os de origem hortifrutigranjeira.

ART. 94. A atividade de feirante somente será exercida pelos interessados que obtiverem a devida licença, ' após estar matriculado na Prefeitura.

§ 1º. O requerimento de matrícula será instruído com os seguintes documentos:

a). Carteira de Identidade;

b). Carteira de Saúde.

§ 2º. A matrícula para o exercício das atividades será concedida a título precário podendo ser suspensa ou cassada nos termos da presente Lei.

§ 3º. Na concessão de licença, a Prefeitura dará preferência aos produtos rurais, desde que devidamente registrados nos órgãos competentes.

ART. 95. As feiras livres serão localizadas em áreas ou logradouros públicos, previamente estabelecidos pela Prefeitura, que disciplinará seu funcionamento de modo a não prejudicar o trânsito e acesso fácil para aquisição de mercadorias.

ART. 96. As mercadorias serão expostas à venda em barracas padronizadas desmontáveis ou tabuleiros, em perfeitas condições de higiêne e apresentação.

ART. 97. À hora fixada para o encerramento da feira, os feirantes suspenderão as vendas, procedendo à desmontagem das barracas, balcoes, tabuleiros e respectivos pertences e a remoção rápida das mercadorias, de forma a ficar o recinto livre e pronto para o início imediato da limpeza.

ART. 98. É expressamente proibida a venda de bebidas alcóolicas nas feiras livres.

ART. 99. Os feirantes, por si ou por seus prepostos são obrigados a:

a). acatar as determinações regulamentares feitas pelo fiscal e guarda decoro para com o público;

b). Manter em perfeito estado de higiêne as suas barcas, tabuleiros ou balcões e aparelhos, bem como os utensílios empregados na venda dos seus artigos;

c). não iniciar a venda de suas mercadorias antes do horário regulamentar, nem prolongá-lo além da hora do encerramento;

d). não ocupar área maior que a que lhes for concedida na distribuição de locais;

e). não deslocar as suas barracas ou tabuleiros para pontos diferentes daqueles que lhes forem determinados;

f). colocar tabuletas com os preços das mercadorias.

SEÇÃO VI

Dos Mercados Municipais

ART.100. Mercado Municipal é o estabelecimento público, sob administração e fiscalização do governo municipal destinado à venda de carnes, peixes ou mariscos, gêneros alimentícios em geral e produtos de pequena indústria animal, agrícola ou artesanal.

ART.101 Nos mercados o comércio far-se-á em cômodos locados ou em espaços abertos, nos termos da regulamentação específica.

ART.102 É livre a entrada e saída de pessoas no recinto dos mercados, no horário normal de funcionamento, ficando entretanto, sujeitas à ordem e disciplina da administração interna.

ART.103 Nenhum produto poderá ser colocado à venda sem estar esposto em entrados, mesas, tabuleiros, balcões ou mostruários adequados.

ART.104 Nos mercados será proibido o fabrico de produtos alimentícios e a existência de matadouros de animais.

ART.105 À administração dos mercados competirá a disciplina interna dos mesmos, a proteção dos consumidores e o zelo pela garantia e salubridade dos víveres e mantimentos exposto à venda.

SEÇÃO VII

Dos Matadouros

ART.106 Os matadouros deverão estar localizados à jusante da

da cidade, fora do perímetro urbano e conveniente afastados dos cursos d'água.

ART.107.Nenhum animal destinado ao consumo público poderá ser abatido fora dos matadouros licenciados.

ART.108.É indispensável o exame sanitário dos animais destinados ao abate, sem o que, este não poderá ser efetuado.

ART.109.Qualquer que seja o processo de matança adotado, é indispensável a sangria imediata e o escoamento do sangue das rezes abatidas.

ART.110.O sangue, para uso alimentar ou fim industrial, será recolhido em recipientes apropriados, separadamente.

§ Único.Verificada a condenação do animal, cujo sangue tiver sido recolhido e misturado ao de outros, será inutilizado todo o conteúdo do respectivo recipiente.

ART.111.As carnes consideradas boas para o consumo alimentar serão recolhidas ao depósito de carne verde, até o momento de seu transporte para os açougues.

ART.112.Depois da matança do gado e da inspeção necessária, serão as vísceras, consideradas boas para fins alimentares, lavadas em lugar próprio e colocadas em vasilhas apropriadas para o transporte aos açougues.

ART.113.Os couros serão imediatamente retirados para os custumes próximos ou salgados em lugar para tal fim destinado.

ART.114.É proibida, sob pena de apreensão e inutilização, a insuflação de ar ou qualquer gás nas carnes dos animais abatidos.

ART.115.Se qualquer doença epizóotica for verificada nos animais recolhidos nos pastos ou curais do matadouro, o encarregado providenciará o imediato isolamento dos doentes e suspeitos para locais apropriados.

ART. 116. O serviço de transporte de carnes do matadouro para os açougues, será feito em veículo apropriado, fechados e com dispositivos para ventilação, observando-se na sua construção interna todas as prescriçoẽs de higiene, de acordo com modelo aprovado pela Prefeitura.

CAPÍTULO V

Dos Cemitérios

SEÇÃO I

Disposiçoẽs Gerais

ART. 117. Os cemitérios terão caráter secular e serão fiscalizados pela Prefeitura Municipal de Eldorado do Carajás, que os administrará diretamente ou através de companhia sua ou particular mediante concessão.

§ 1º. É facultado às pessoas jurídicas de direito privado, que se organizarem para esse fim, explorar cemitérios particulares, mediante concessão da Prefeitura e pagamento dos tributos e emolumentos devidos, observadas as disposiçoẽs constantes deste capítulo, além de outros requisitos regulamentares que forem estabelecidos pelo Poder Executivo.

§ 2º. É assegurado às associaçoẽs religiosas que já os possuam, administrar seus cemitérios particulares.

ART. 118. No recinto dos cemitérios, além das áreas de enterramento de ruas e avenidas, serão reservados espaços para construção de capela e salão mortuário.

ART. 119. Os cemitérios poderão ser extintos e sua área transformada em praça ou parque, quando tenha chegado a tal grau de saturação que se torne difícil a decomposição dos corpos ou quando hajam se tornado muito centrais.

§ Único. Quando do cemitério antigo para o novo, se tiver de

proceder transladação de restos mortais, os interessados terão direito de obter neste, espaço igual em surperfi - cie, ao do antigo cemitério.

ART. 120.É permitido a todas as religiões praticar nos cemitérios os seus ritos.

SEÇÃO II

Das Inumaçoẽs

ART. 121.Nenhum enterro será permitido nos cemitérios sem a apresentação de atestado de Óbito devidamente firmado por autoridade médica.

ART. 122.As inumaçoẽs serão feitas em sepulturas separadas, temporárias e perpétuas.

ART. 123.Nas sepulturas gratuítas os enterramentos serão feitos' pelo prazo de 5 (cinco) anos para adultos, e de três ' (03) anos para menores, não se admitindo com relação a eles prorrogação de prazo.

ART. 124.As concessoẽs de perpetuidade serão feitas para sepulturas do tipo destinado a adultos e crianças, em mausoléus simples ou geminados e sob as seguintes condiçoẽs, que constarão do título:

a) possibilidade de uso de mausoléus para sapultamento de cônjuge e de parentes consanguíneos fins, outras pessoas só poderão ser sepultadas mediante autorização do concessionário por escrito e pagamento das taxas devidas;

b) obrigação de construir dentro de três meses (3) os baldrames convenientemente revestidos e efetuar a cobertura da sepultura em alvenaria no prazo máximo de 1 (um)' ano.

ART. 125.Havendo sucessão "causa mortis" através de partilha devidamente homologada pelo juiz, o herdeiro deverá registrar o seu direito na administração do cemitério.

ART. 126.É de 5 (cinco) anos para adultos e de 03 (três) anos' para menores, o prazo máximo a vigorar entre duas inumações em um mesmo local.

SEÇÃO III

Das Construções

ART. 127.As construções funerárias só poderão ser executadas ' nos cemitérios, depois de expedido alvará de licença' mediante requerimento do interessado, dirigido ao - órgão conpetente o qual acompanhará o respactivo projeto em duas vias.

§ Único. Após aprovação, uma das vias do projeto de construção será devolvida ao interessado devidamente visada pela autoridade competente.

ART. 128.A Prefeitura deixa as obras de embelezamento e melhoramento das concessões tanto quanto possível ao gosto dos proprietários, porém, reserva-se o direito de rejeitar os projetos que julgar prejudiciais à boa aparência do cemitério, à higiêne e à segurança.

ART. 129.Será permitida à construção de baldrames até a altura de 40 cm, para suporte de lápide.

ART. 130.O serviço de conservação e limpeza de jazículas só poderá ser executadas por pessoas registradas na admi-' nistração do cemitério.

ART. 131.A Prefeitura exigirá, sempre que julgar necessário, ' que as construções sejam executadas por construtores' legalmente habilitados.

ART. 132.É proibido dentro do cemitério a preparação de pedras ou de outros materiais destinados à construção jazi - gos mausoléus.

ART. 133.Restos de materiais provenientes de obras, conservação e limpeza de túmulos, devem ser removidos imediatamente pelos responsáveis.

ART. 134.A Prefeitura fiscalizará a execução dos projetos apro - vados das construções funerárias.

ART. 135.O ladrilhamento do solo em torno dos jazidos é permitido, desde que atinja a totalidade da largura das ruas ' de separação e sejam pelos enteressados obedecidas as instruções da administração do cemitério.

SECÃO IV

Da Administração dos Cemitérios

ART. 136.À administração dos cemitérios competirá os poderes de' polícia, fiscalização dos assentamentos e registros e controle da organização interna das necrópoles.

ART. 137.O registro dos enterramentos far-se-á em livro próprio' e em ordem numérica, contendo o nome do falecido, ida - de, sexo, estado civil, filiação, naturalidade, "causa' mortes", data e lugar do óbito e outros exclarecimentos que forem necessários.

ART. 138.Os cemitérios serão convenientemente fechados e neles a a entrada e permanência só serão permitidos no horário' previamente fixado pela administração.

ART. 139.Excetuados os casos de investigação policial devidamente autorizado por mandado judicial e de transferência ' dos despojos, nenhuma sepultura poderá ser reaberta mesmo a pedido dos interessados, antes de decorridos os prazos para inumações, prevista neste Código.

ART. 140.Para qualquer inumação em sepulturas perpétuas deverá ' ser apresentado à administração o respectivo título de concessão.

ART. 141.Decorridos os prazos para inumações, as sepulturas poderão ser abertas para novos enterramentos, retirando-se' as cruzes e os outros emblemas colocados sobre as mes-' mas.

§ 1º.Para esse fim, a administração fará publicar editais de aviso aos interessados de que, no prazo de 30 (trinta)'

dias, serão as cruzes e emblemas retirados e a ossada ' depositada no ossuário geral.

§ 2º. As grades, cruzes, emblemas, lápides e outros objetos ' retirados das sepulturas serão postos, pelo prazo de 60 (sessenta) dias à disposição dos interessados, que poderão reclamá-los findo o qual passarão a pertencer à Prefeitura.

CAPÍTULO VI

Das Informações e Penalidades

SECÃO I

Disposições Gerais

ART. 142. Constitui infração toda ação ou omissão contrária às ' disposições deste Código ou de outras leis ou atos baixados pelo Governo Municipal, no uso do seu poder de polícia.

ART. 143. Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infrações e, ainda os encarregados da execução das leis que, tendo conhecimento da infração, deixaram de autuar o ' infrator.

SEÇÃO II

Das Penalidades

ART. 144. Sem prejuíso das sanções de natureza civil ou penal cabível, as infrações serão punidas, alternativa ou cumulativamnete, com as penalidades de:

I. advertência ou notificação preliminar;

II. multa;

III. apreenção de produtos;

IV. inutilização de produtos;

V. proibição ou interdição de atividades, observada a legislação federal a respeito.

VI. cancelamento de alvará de licença do estabelecimento.

ART. 145. A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e consistirá em multa, observados os limites estabelecidos neste Código.

ART. 146. As multas terão o valor de 2 a 20 vezes a Unidade Fiscal vigente no Município.

ART. 147. A multa será judicialmente executada se, imposta de forma regular e pelos meios hábeis, o infrator recusa-se a satisfazê-la no prazo legal.

§ Único. A multa paga, no prazo regularmentar, será inscrita em dívida ativa.

ART. 148. As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo.

§ Único. Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista:

I. a maior ou menor gravidade da infração;

II. as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;

III. os antecedentes do infrator, com relação às disposições deste Código.

ART. 149. Nas reincidências as multas serão cominadas em dobro.

§ Único. Reincidente é o que violar preceito deste Código por cuja infração já tiver sido autuado e punido.

ART. 150. As penalidades a que se refere este Código, não isenta o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, na forma do Art. 159 do Código Civil.

§ Único. Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência que a houver determinado.

ART. 151. Nos casos de apreensão, o material apreendido será recolhido ao depósito da Prefeitura; quando a isto não se prestar ou quando a apreensão se realizar fora da cidade, poderá ser depositada em mãos de terceiros, ou do próprio detentor, se idôneo, observadas as formalidades legais.

§ 1º.A devolução do material apreendido só se fará depois' de pagas as multas que tiverem sido aplicadas e de ' idenizada a Prefeitura das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito.

§ 2º.No caso de não ser retirado dentro de 60 (sessenta ' dias, o material apreendido, será vendido em habta ' pública pela Prefeitura, sendo aplicada a importância apurada na indenização das multas e despesas de que trata o parágrafo anterior e entregue qualquer saldo(ao proprietário, mediante requerimento devidamente ' instruído e processado.

§ 3º.No caso de material ou mercadoria perecível, o prazo' para reclamação ou retirada será de 24 (vinte e qua - tro) horas; expirado esse prazo, se as referidas mercadorias ainda se encontrarem próprias para o consumo humano, poderão ser doadas a instituições de assestência social e, no caso de deterioração, deverão ser ' inutilizadas.

ART. 152.Não são diretamente passível das penas definidas neste Código.

I.os incapazes na forma da Lei;

II.os que forem coagidos a cometer a infração.

ART. 153.Sempre que a infração for praticada por qualquer dos' agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá:

I.sobre os pais e tutores sob cuja guarda estiver o menor;

II.sobre o curador ou pessoa, sob cuja guarda estiver o louco;

III.sobre aquele que der causa a contravenção forçada.

SEÇÃO III

Da Notificação Preliminar

ART. 154. Verificando-se infração a lei ou regulamante municipal, e sempre que se constante não implicar em prejuízo iminente para a comunidade, será expedida, contra' o infrator, notificação preliminar, estabelecendo-se' um prazo para que este regularize a situação.

§ 1º. O prazo para a regularização da situação não deve exeder o máximo de 30 (trinta) dias e será arbitrado pelo agente fiscal, no ato da notificação.

§ 2º. Decorrido o prazo estabelecido, sem que o notificado' tenha regularizado a situação apontada, lavra-se-á o respectivo Auto de infração.

ART. 155. A notificação será feita em formulário destacável do talonário aprovado pela Prefeitura. No talonário ficará cópia a carbono com o "ciente" do notificado.

§ Único. No caso de o infrator ser analfabeto, fisicamente ' impossibilitado ou incapaz na forma da lei ou, ainda, se recusar-se a por o "ciente", o agente fiscal indicará o fato no documento de fiscalização, ficando ' assim justificada a falta de assinatura do infrator.

SEÇÃO IV

Dos Autos de Infração

ART. 156. Auto de infração é o instrumento por meio de qual a autoridade municipal caracteriza a violação das disposições deste Código e de outras leis, decretos e regulamentos do Município.

§ 1º. Dará motivo à lavratura do Auto de Infração qualquer' violação das normas deste Código que for levada ao conhecimento do Prefeito, ou outra autoridade municipal, por qualquer servidor municipal ou qualquer que presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

§ 2º. É autoridade para confirmar os autos de infração e arbitrar multas, o Prefeito ou funcionário a quem o Prefeito delegar essa atribuição.

§ 3º. Nos casos em que se constate perigo iminente para a comunidade, será lavrado Auto de Ifração, independentemente de notificação preliminar.

ART. 157. Os Autos de Infração obedecerão a modelos especiais elaborados de acordo com a lei e aprovados pelo Prefeito.

§ Único. Observar-se-ão, na lavratura do Auto de Infração, os mesmos procedimentos do Art. 152, previstos para a notificação.

SEÇÃO V

Da Representação

ART. 158. Quando incopetente para notificar preliminarmente ou para autuar, o servidor municipal deve, e qualquer pessoa pode, representar contra toda ação ou omissão contrária a disposição deste Código ou de outras leis e regulamentos de posturas.

§ 1º. A representação far-se-á por escrito, deverá ser assinada e mencionada, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço do seu autor, e será acompanhada de provas, ou indicará os elementos desta e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida a infração.

§ 2º. Recebida a representação, a autoridade competente providenciará imediatamente as diligências para verificar a respectiva veracidade, e, conforme couber, notificará preliminarmente o infrator, autua-lo-á ou arquivará a representação.

SEÇÃO VI

Do processo de Execução

ART. 159.O infrator terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa, devendo fazê-la em requerimento dirigido ao Prefeito.

§ Único. Não caberá defesa contra notificação preliminar.

ART. 160.Julgada improcedente ou não sendo a defesa apresentada no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la dentro do prazo de 2 (dois) dias.

CAPÍTULO VII

Disposições Finais

ART. 161.Este Código entrará em vigor imediatamente, após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Eldorado do Carajás, em 22 de agosto de 1993.

Vicente José Corrêa Neto
Prefeito Municipal
Eldorado do Carajás